

1 2

ATA DA II REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA **CULTURAL DE 2020 - VIRTUAL**

3 4 04 de Novembro de 2020

5 Horário: 9h

- 6 Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, às nove horas, através da plataforma virtual Google Meet, a II Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política 7
- Cultural da Paraíba CONSECULT, teve início, sendo presidida pelo Secretário de Estado da 8
- 9 Cultura e Presidente deste Conselho, Damião Ramos Cavalcanti, com a presença do Secretário
- 10 Executivo e vice-presidente do CONSECULT Milton Dornellas Bezerra Junior e eu, Larissa
- Maria da Silva Costa, como Secretária Administrativa. Essa Reunião foi a terceira do ano de 11
- 12 2020 apesar dos transtornos causados pela Pandemia
- Presentes à Reunião, os Conselheiros Damião Ramos Cavalcanti, Milton Dornellas Bezerra 13
- 14 Junior, Lucio Andrade de Figueiredo Rodrigues, Tânia Queiroga Nóbrega, Márcia de
- Albuquerque Alves. Anedite Almeida de Freitas, José Ubireval Delgado, Kennya Queiroz de 15
- Lima, Bia Cagliani de Oliveira e Silva, Marjorie Costa Gorgônio, Henrique Jorge Pontes 16
- Sampaio, Walter Galvão Peixoto de Vasconselos Filho, Pedro Daniel de Carli Santos, Fernando 17
- 18 Antônio Moura de Lima, Adolpho Crispim, Vilma Cazé da Silva, Marconi Pereira de Araújo,
- 19 Edglês Gonçalves da Silva, Valério de Lima Ferreira, Severino Antônio da Silva, Tiago 20 Monteiro Pereira, José Roberto Soares de Souza, Sebastião César da Silva Lima, Saturno
- Segundo Fernandes de Medeiros, Jaquivaldo dos Santos Patrício, Maria do Socorro Freire 21
- Franco, Francisco Carlos Venceslau, Sebastião Sarmento Braga, Conceição Mayara da Silva e 22
- José Ferreira de Lima Neto. Também presente o convidado da Presidência do CONSECULT: 23
- 24 Filipe José Brito da Nóbrega - Coordenador da Assessoria Técnico-normativa e Controle
- Interno da SECULT/PB e Maria Marques Maciel Gerente Executiva de Articulação Cultural. 25
- 26 A II Reunião Ordinária do Consecult teve início com a aprovação da Ata da I Reunião
- 27 Ordinária, realizada no dia 24 de Agosto de 2020.

A) Abertura e Comunicações 28

- O Presidente do Conselho iniciou esclarecendo que esta Reunião tem como objetivo precípuo 29
- esclarecer o andamento da Lei Aldir Blanc e que para isso são fundamentais a própria Comissão 30
- 31 de Acompanhamento do Conselho de Cultura, como também o Comitê Gestor da Lei Aldir
- Blanc, cujo coordenador é Pedro Santos e Coordenador adjunto Lúcio, do FIC. Os 32
- pronunciamentos tiveram a seguinte ordem como na Pauta: 33
- 34 I. Administração da SECULT;
- 35 II. Interessados inscritos:
- 36 III. Conselheiros.
- 37 B) REMA: Inscrições e data de divulgação do resultado - Relatora: Bia Cagliani;
- 38 Bia Cagliani iniciou informando que as inscrições para o REMA foram encerradas no dia 30 de
- 39 Setembro e que foram indicados 8 (oito) Mestres e Mestras, havendo 3 (três) vagas em aberto.
- Bia explicou que há um caminho a ser percorrido, devendo ser iniciado através da instituição da 40
- 41 Comissão do REMA, em seguida sendo publicada no Diário Oficial e que em sequência se dê o
- 42 encaminhamento interno para o Setor Jurídico da Secult, para que sejam feitos os pareceres
- 43 jurídicos, para que então sejam encaminhadas as documentações dos inscritos para a Comissão e
- 44 sejam iniciadas as análises.
- 45 Ficou estabelecida a Comissão do REMA, com a devida aprovação do Pleno deste Conselho,
- com os seguintes membros: 46

Membros Titulares:

47

- 48 - Bia Cagliani de Oliveira e Silva
- 49 - Adriana Helena Souza Uchôa
- 50 - Kênnya Queiroz de Lima
- 51 - Henrique Jorge Pontes Sampaio
- Leonardo Bandeira Luna de Moraes 52
- 53 - Edglês Gonçalves da Silva



- Márcia de Albuquerque Alves
- 55 Membros Suplentes:

60

61

62

63 64

65

66 67

68 69

70 71

72

73

74

75

76 77

78

79 80

81

82

83 84

85

86 87

88

89

90 91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

- Jaquivaldo dos Santos Patrício
- 57 Conceição Mayara da Silva Cardoso

58 C) Relato da Operacionalização da Lei Aldir Blanc com seu número de inscrições – Relator Pedro Santos;

Pedro Santos fez um balanço geral a cerca da Lei Aldir Blanc e iniciou tratando sobre a virtualidade do Processo, em virtude da Pandemia, e os obstáculos que são ou poderão ser enfrentados durante este Processo, haja vista que muitos artistas não possuem toda documentação necessária de forma digital. Pedro explicou que a Paraíba optou por 3 (três) modalidades de Seleção Pública (Credenciamento, Fomentos e Premiação).

Tratou sobre dois editais já publicados, sendo eles Fernanda Benvenutty e Chica Barrosa, que tinham como essência selecionar Pessoas Físicas e Jurídicas para se apresentarem na internet que posteriormente seriam remuneradas através de cachês, este era o credenciamento, no qual a pessoa iria apresentar seu produto na internet, gerando uma nota fiscal e sendo remunerada por isto. O Edital Chiquinha Mourão para Festivais, Feiras, Mostras e Eventos Culturais e o Margarida Cardoso voltado para o audiovisual são Editais de Fomento, que tem uma particularidade que é submeter um Projeto para o Poder Público que selecionará os melhores Projetos que receberão os recursos para as suas execuções, os proponentes executam e ao final prestam contas. Por fim há a modalidade de Premiação, com 8 (oito) Editais com prêmios que variam de R\$5.000,00 a R\$ 50.000,00, visando o reconhecimento de um trabalho pronto, como vídeo biografia, espetáculos circenses, folhetos de cordel, obras de literatura, grupos de teatro, danca, música, obras de artesanato, entre outros.

Severino perguntou se os pagamentos já estão sendo feitos. Se as contrapropostas chegaram a um denominador comum de serem pagas após a pandemia. O Presidente informou que há propostas de modificações dos Editais, inclusive já se foi falado sobre uma espécie de Lei Aldir Blanc II em 2021, com novos Editais sobre o dinheiro remanescente e que qualquer proposta de modificação de Edital, solicita-se que seja feito o pronunciamento técnico do Comitê Gestor e submete-se o pedido à CGE para que seja verificado em relação à Lei Aldir Blanc e segue para a Procuradoria Geral. Pedro informou que nenhum solicitante recebeu além da comunicação inicial, todos os pedidos estão em análise e que já foi analisado na esfera Federal, ou seja, o DataPrev já informou quem pode e quem não pode receber e agora está sendo feito o tratamento de dados relacionados à parte documental e comprovação na área artístico-cultural e disse que provavelmente na primeira quinzena de Novembro sejam iniciados os pagamentos. Sobre as contrapartidas Pedro explicou que apenas 4 Editais irão exigir algo após o fim do estado de calamidade pública que são: Chiquinha Mourão, que trata de eventos, o que quer dizer que esses projetos poderão ser realizados até Abril de 2021; o Edital do audiovisual também; o de artes visuais e fotografia, Amelinha Theorga; os Editais de Literatura que são do Maria Pimentel e o Edital do Artesanato, o Dona Toinha, nestes dois últimos casos as obras precisam ser doadas para o Estado para ficar à disposição do público através das exposições e bibliotecas. O Conselheiro Edglês perguntou qual seria o risco jurídico posterior? E que em novembro fará um ano do Edital da Lei Rouanet em parceria com a Cagepa. Sobre a questão da segurança jurídica Pedro Santos disse que em conversa com o TCU, que é o Órgão que vai realizar as análises das contas, será observado o bom senso dos Gestores na implementação da Legislação, sobre processos transparentes, execução financeira dentro dos preceitos legais e editais claros. Sobre os Editais da Lei Rouanet com recursos da Cagepa o Presidente explicou que se tratam de Festivais Públicos que no momento não estão licenciados, devido à eventual aglomeração de pessoas, então o que se pode ser feito é preservar os recursos para este destino, inclusive em contato direto com a Cagepa. Edglês perguntou também se a biografia poderia ser de forma amadora. Pedro esclareceu que o vídeo, por exemplo, pode ser feito com o próprio celular, sem que haja necessidade de edição ou efeitos especiais Henrique perguntou a Pedro ao quê ele atribui o baixo acesso às inscrições. Pedro explicou sobre os acessos de última hora e o fato de lidar com um público que, em boa parte, não compreende os processos tecnológicos exigidos



para fazer as inscrições. Mas que ele acredita que esta é uma análise que deve ser feita ao final, com mais dados e informações para uma análise mais próxima da realidade. O Presidente informou que isto está ocorrendo em todos os Estados e não só na Paraíba, mas que só se entra a miúde na realidade depois de tudo ocorrido. Henrique perguntou o que ocorre se todos os recursos não forem empenhados nos Editais. Pedro esclareceu que não se está trabalhando com a prorrogação de prazos e que sobre a não utilização de recursos a Legislação é clara, o eventual saldo na conta bancária até dia 31 de Dezembro deve ser devolvido ao Governo Federal.

Fernando Moura falou sobre o número de inscritos ser extremamente preocupante e que requer um posicionamento no sentido de tentar minimizar essa possível demanda reprimida.

Sugeriu que seja feita uma moção para que o Fórum de Secretários encaminhe junto ao Congresso Nacional para que caso ocorra devolução do recurso, ocorra uma aplicação do mesmo no próximo ano para que este recurso não seja desperdiçado e caso ele volte para o Governo Federal, retorne no próximo ano. Sugeriu também na próxima semana saísse uma Caravana que circulasse nas Sedes das regionais de Cultura e que pudesse na prática orientar as pessoas a construírem seus projetos. O Presidente concordou com a Moção sugerida, desde que não haja nenhum Conselheiro que se oponha a tal. Em relação à Caravana, informou que as cidades que estão solicitando estão recebendo ajuda e que, nesse sentido, houve Reunião com todos os articuladores para que eles ajudem e incentivem. Além dos Coordenadores de cada Edital que respondem aos questionamentos de dia e noite. Mariah Marques inteirou que há um canal de respostas através de um whatsapp, que diariamente é respondido, além das lives que ensinam a acessar os Editais. Mariah disse, ainda, que uma das perguntas mais recorrentes é se há possibilidade de inscrição, caso a pessoa já tenha se inscrito no Auxílio Emergencial e, sim, é possível. Disse achar a ideia das caravanas fundamental, principalmente por haver pessoas com dificuldades de acesso a estas demandas por conta de suas idades, e se colocou à disposição para fazê-las.

D) Eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil - Relator: Filipe Nóbrega;

Filipe Nóbrega comunicou que a Publicação no DOE com a nomeação dos Conselheiros do CONSECULT ocorreu dia 27 de Setembro de 2018, deste modo o mandato dos Conselheiros de encerraria dia 27 de Setembro de 2020, no entanto em razão da pandemia, Filipe provocou o Conselho a deliberar no sentido de prorrogar os mandatos dos Conselheiros da Sociedade Civil até dia 31 de Dezembro, que é quando se encerra o estado de Calamidade Pública Nacional. E sugeriu, ainda, que na primeira Reunião de 2021 seja deliberada uma data para que sejam convocadas as eleições de novos Conselheiros da Sociedade Civil. Não havendo oposição dos Conselheiros, ficou estabelecida a prorrogação do mandato dos Conselheiros da Sociedade Civil do dia 27 de Setembro de 2020 ou até 15 dias antes da eleição a ser realizada em 2021.

E) Encerramento

O Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou esta Reunião Ordinária do Conselho. Nada mais havendo a ser tratado, eu, Larissa Costa, lavrei e assinei a presente Ata, que também será assinada pelo Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural da Paraíba.

146 147

116117

118

119

120

121122

123124

125

126

127

128

129 130

131

132 133

134

135

136137

138

139 140

141

142

143

144

145

148 149

150

151

Damião Ramos Cavalcanti

Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural da Paraíba

152 153

154 155

156

157

158 159

Secretária Administrativa do Conselho Estadual de Política Cultural da Paraíba.

